

# Democracia: Uma Visão Histórica, Política e psicossocial

Caio Lucas Felix  
Cavalcanti<sup>1</sup>  
Fernanda Andrade Lima<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Psicólogo, concluinte do curso  
de especialização em  
Psicologia Clínica na  
FacolLibertas Recife  
Contato:  
caiolucas23@bol.com.br;

<sup>2</sup>Psicóloga Clínica. Analista  
Bioenergética, Pós  
graduada em Terapia de  
Casal e Família.  
Contato:  
fernanda.horizonte@gmail.com

**Resumo:** Historicamente, Platão e Aristóteles foram os dois principais mestres do pensamento político-social. Platão na sua obra *A República*, defendendo a democracia como o estado em que reina a liberdade, enquanto Aristóteles, discípulo de Platão, defendendo que o homem é um animal plenamente político. Assim, a democracia consiste num regime político em que todos os cidadãos elegíveis podem participar de forma igualitária na escolha daqueles que devem comandar os destinos do município, do estado e do país.

**Palavras-chaves:** Democracia. Sociedade. Saúde mental.

## Democracy: A Historical, Political and Psychosocial View

**Abstract:** Historically, Plato and Aristotle were the two main masters of political-social thought. Plato in his work entitled *The Republic*, defending democracy as the state in which freedom reigns, while Aristotle, disciple of Plato, arguing that man is a fully political animal. Thus, democracy consists of a political regime in which all eligible citizens can participate equally in the choice of those who must control the destinies of the municipality, state and country.

**Keywords:** Democracy. Society. Mental health.

### Introdução

Winnicott (2015) discorre sobre a democracia, apontando para o aspecto do desenvolvimento da condição de independência e de maturidade emocional, associado à saúde, à capacidade para identificar-se com agrupamentos e instituições, mantendo o sentido de continuidade pessoal, sem sacrificar demais seus impulsos espontâneos. Dois vetores são implicados: um pessoal e outro interpessoal que nas relações se estabelecem a partir de um conector emocional. Processos transferenciais se estabelecem no contexto das relações sociais que se conectam e se integram à realidade social, com destaque para as inter-relações que o processo de construção da subjetividade do sujeito mantém com a identidade das instituições sociais e sua serventia na realidade objetiva.

Ainda, Winnicott (2015) discorre sobre a democracia sem a pretensão de representar uma perspectiva especializada das ciências políticas ou da sociologia. No início de sua exposição sobre o que a democracia tem a ver com a disposição psicológica do indivíduo, aponta para o significado que a palavra carrega na etimologia, na história das instituições, no uso que é dado em países diferentes, no abuso do uso da palavra por parte de ditadores e apresenta cinco sentidos que a palavra carrega, enquanto sistema de organização social:

- 1) O povo governa.
- 2) O líder é escolhido pelo povo.
- 3) O governo é escolhido pelo povo.
- 4) O governo concede ao povo liberdade de expressão e de empreendimento.
- 5) Em fase de boa fortuna (creio que ele quis dizer em tempos de paz), os indivíduos têm liberdade de ação.

Apoiado sob sua perspectiva especializada, indica a instância e a grandeza da investigação de um significado:

“... o valor de tais estudos nos parece tanto maior quanto maior é o peso que eles conferem aos fatores emocionais inconscientes. Uma das tarefas da psicologia é estudar e apresentar as ideias latentes que subjazem ao uso desses conceitos, sem restringir a atenção aos significados óbvios ou conscientes.” (WINNICOTT, 2015, p. 228)

A sociedade democrática é definida como uma sociedade madura e esta qualidade advém da maturidade individual de seus membros: a democracia é definida como uma sociedade bem ajustada a seus membros individuais sadios.

Normalidade, saúde mental e maturidade convergem como sinônimos para a incidência de um apropriado grau de desenvolvimento emocional. Assim, os problemas da democracia e da saúde psiquiátrica se encontram e põem em foco o desenvolvimento emocional da sociedade como função estabelecida pelo desenvolvimento emocional individual de seu povo.

O devido exercício da função materna é necessário para que o sujeito seja passível de desenvolver sua independência e maturidade emocional. A negligência e o descaso dos adultos (maduros ou não) no suporte, acolhimento e condições de instrumentalização de mundo para suas crianças, decerto, prejudicará suas capacidades para entenderem a realidade, para se expressarem, para resolverem seus conflitos e para crescerem como adultos

responsáveis por si e por outros. Da mesma forma, as instituições sociais que não prezam pelos seus “usuários” não oportunizam o crescimento do indivíduo, da instituição, nem do grupo maior no qual está inserida a sociedade.

Se as instituições não exercem suas funções, se se eximem do exercício da função materna, desamparando quem delas depende e se são realmente uma extensão da qualidade da educação emocional desenvolvida pelas famílias, uma devotada assistência a essas famílias por parte da iniciativa privada dotada de maturidade emocional deveria ser capaz de alterar qualquer distúrbio institucional ou social. Entendendo as relações que as instituições sociais mantêm com as pessoas, como uma extensão dos papéis representados e funções fomentadas pela família, Winnicott define o objeto de estudo a ser compreendido para a apreensão da situação do sujeito político e de suas condições.

O modelo criado por Winnicott tem a mesma circularidade que a maior parte das teorias que dirigem as terapias familiares, pois, não é linearmente que a atitude da família reflete o desenvolvimento às crianças. Mais especificamente nas relações com os pais, que essas crianças aprenderam a serem inseguras, dependentes, tolhidas, incompetentes, alienadas, sozinhas, egoístas, a terem medo futuro ou a serem confiantes, autônomas, independentes, proativas, integradas, íntimas/empáticas, generosas e esperançosas.

Assim, uma infância vivida num ambiente que não atenda às necessidades da criança, que não ofereça uma maternagem suficientemente boa será propícia a originar feridas que o adulto carregará. Se a família triangular, a família extensa, a vizinhança, a escola, a igreja, os grupos de amigos, o ambiente de trabalho, o sindicato... se, em última instância, a nação não desempenha a maternagem de forma com que o sujeito se sinta atendido em suas necessidades e, por isso, estimulado para interagir mais, como esperar que as pessoas não sejam mazeladas e imobilizadas, se todas as instituições sociais, em sua maioria, estimulam as potencialidades do sujeito a estancarem ou regredirem?

Num país predominantemente cristão, conhecido internacionalmente como país do futebol, onde o cenário político é percebido como piada temática no contexto da corrupção, existem dois ditados populares que afirmam a mesma posição sobre o diálogo: “gosto não se discute, se lamenta” e “futebol, política e religião não se discute”. Além do fato de que sem discussão não se elabora conhecimento e da factual condição de vulnerabilidade social trazida por quem não tem o hábito, interesse ou capacidade para o diálogo, a atitude de se evitar a argumentação como solução para qualquer conflito evidencia a qualidade do conhecimento (a

da crença), a maturidade emocional (a infantilizada) e a força do autoritarismo (violenta) presentes nas relações que todo um povo estabelece como matrizes vinculares (o medo e a paralização).

Uma vez que o sujeito não tem recursos para suportar angústias ou tolerar frustrações, reações orgânicas (emoções) são desencadeadas de forma menos elaborada e suas ações (reações) quase nunca se dirigem a uma solução satisfatória ou definitiva às causas de seus infortúnios. Graciliano Ramos, em seu livro **Vidas Secas**, descreve como uma “vida seca” pode ser geradora de angústia para o sujeito e suas relações, quando Fabiano humilha o filho, xingando-o, fustigando-o com a bainha da faca, espancando-o e desejando matá-lo, com irritação e o “coração grosso” de ter uma vida tão desgraçada.

Quanto mais miseráveis forem os recursos (materiais, emocionais, artísticos, políticos, sexuais, culturais ou mesmo os religiosos) das pessoas, também mais tendenciosos à miséria serão seus vínculos, regredidos os instrumentos utilizados para lidar com a realidade e primitivos os mecanismos de defesa utilizados pelo ego.

Para Lowen (1982), a estrutura de caráter se desenvolve sobre os mesmos princípios e serventia que a couraça caracterológica reichiana: é uma defesa do organismo/ego para com as ansiedades (sexuais, objetais, vinculares e/ou de apego) que este experimenta em suas relações, assim como defesa também, contra os objetos externos (KLEIN, 1971).

A exposição do universo político, partidário ou corporativista, extraída de atitudes dos representantes públicos dos três poderes na república brasileira, não pretende constituir argumento para legitimar as misérias que se perpetuam no cotidiano; o propósito instrumental é utilizá-la, exemplificando um subsistema que se relaciona com outros para constituir a trama social, que inclui o povo (em toda estratificação cultural e econômica) e parte daquele 1% dos mais ricos, apontados pelo IBGE (Datti, 2014), que escancaradamente financiam campanhas, (Madeiro, 2014), produzem as leis (não só no âmbito jurídico, mas em instâncias subjetivas) e determinam as normas de convivência em todos os espaços do país (do preço do estacionamento do shopping à conduta do traficante que explora e mata crianças nas periferias).

Para estudar o desenvolvimento emocional da sociedade, a teoria de Winnicott aponta para o estudo do indivíduo, como uma perspectiva paralela e indispensável. A estrutura democrática exige que o indivíduo sadio possa se utilizar do voto secreto para expressar o resultado de conflitos internos que, estabelecidos por circunstâncias externas, torna a escolha

peçoal, na medida em que, pela sua percepção, se identifica com líderes, situações e partidos. A cena externa se torna referência de sua capacidade em integrar seus conflitos internos, e na ação que o voto promove, essa batalha interna se torna extrema. Por essa dimensão subjetiva requerer tempo para seus processos, o processo de eleições requer a preparação do eleitorado para que este seja capaz de expressar seu mundo interno no cenário de uma arena política.

Por essas razões, Winnicott ainda afirma que não se impõe uma democracia. A liberdade de se escolher pela reflexão de fatos, pelo processo de identificação, que escapa a uma percepção consciente, mas que converge para uma integração de sentido e ação, não pode ser algo imposto, é antes uma conquista no desenvolvimento pessoal.

Para além de uma conquista pessoal, é uma conquista social onde a proporção de indivíduos maduros emocionalmente é condição para a ocorrência da “tendência inata à criação, à recriação e à conservação da estrutura democrática”.

Em sua suposição, ressalta a influência que os indivíduos se sugerem e ordena quatro classificações no desenvolvimento da maturidade emocional:

1. Os antissociais – que não têm um sentido social.
2. Os antissociais ocultos, que reagem à insegurança interna pela identificação com a autoridade de uma forma doentia e imatura, pois ignoram o autoconhecimento.
3. A pessoa sadia, que é capaz de suportar a depressão e integrar a realidade externa com a interna.
4. Os indeterminados.

Na tendência dos antissociais ocultos em reverenciar uma autoridade para que, na limitação do processo de escolha, na realidade, seu conflito interno se apazigue. Por ele não ser capaz de escolher, se instala o perigo da liderança imatura de um antissocial oculto ou da destrutiva liderança de um antissocial declarado.

Referindo-se às posições Kleinianas, Winnicott vai classificar como sadios os que conseguem ser integrados, e aos antissociais ocultos e declarados, os que cindem a realidade na reverência de um líder no qual projetam suas ansiedades e angústias, mas não assumem a responsabilidade de uma escolha pessoal que demande frustração e renúncia.

Nas relações entre os sadios e os indeterminados, propõe a influência quantitativa necessária para a configuração qualitativa de um estado democrático. Nesta qualidade democrática, está implícita uma tendência inata à democracia como um reflexo da maturidade

do indivíduo em resolver seus conflitos internos, sem a necessidade de ditaduras ou sistemas de governo que promovam o social às custas da repressão da expressão individual.

Winnicott caracteriza a ditadura como uma afirmação febril da fachada democrática, onde instituições como a prisão e o hospital psiquiátrico são exemplos de modelos bem próximos que limitam a expressão e liberdade de seus integrantes.

Há um problema em relação aos indeterminados, eles também são influenciáveis pelos antissociais e, é na educação pelos pais e família de bebês, crianças e adolescentes que o autor concebe uma solução:

Mas, podemos procurar evitar que o futuro seja comprometido. Podemos evitar interferir nos lares capazes de dar conta da educação de suas crianças e adolescentes. Tais lares bons e normais são o único cenário que pode acalantar a criação do fator democrático inato. Isso parece muito pouco em termos de contribuição positiva, mas a aplicação dessa mera não-interferência encerra em si uma complexidade inesperada. (WINNICOTT, 2013, p. 235)

É na devida educação familiar que a moral, os sentimentos e o manejo das relações vão ser transmitidos. Como dificuldades reconhecidas, estão a falta de ajuda e esclarecimentos especializados dirigidos aos pais, as restrições dispensadas por pais antissociais que podem cercear possibilidades de expressão em “lares bons e normais” e a falta da complementariedade da função paterna em relação à materna, na sua condição de zelar pela dedicação materna ao bebê.

Reconhecendo-se o papel da família para o desenvolvimento, ainda há o perigo de divergências teóricas prezarem o cuidado físico como o único indispensável, e de estabelecerem regras e padrões absolutos contrários à devoção da mãe em relação ao bebê, principalmente nos primeiros dias.

Já em relação ao exercício de tendências democráticas, o voto pode ser direcionado à uma pessoa (o que implica a fé dos eleitores em si mesmos enquanto pessoas que podem eleger e depor um representante), a um partido (o que estabelece o governo de uma coisa que não pode ser amada ou odiada, que tem na veneração e no dogma sua propagação) ou a um princípio, por meio de plebiscito (que não elenca a escolha mais livre, antes uma opção).

Ao atribuir o estado democrático uma tendência transferencial da situação hierárquica da família, Winnicott confere positividade nesse aspecto, enquanto viabilizador da tomada de decisões na perspectiva de toda uma nação se expressando, mas deixa claras as condições de ilegibilidade dos que não correspondem às expectativas do povo, e a necessidade de censurar

judicialmente de forma comum aqueles líderes políticos que, sobretudo, fora do exercício de suas atribuições de liderança, transgridam as regras sociais.

Da mesma forma que a população se submete à governança de seus eleitos, para garantir a democracia, os governantes devem se submeter a instituições que os fiscalizem e os punam, se descobertas irregularidades.

Concluindo que em termos de guerra, é preferível que se dissolva a democracia, pela facilidade com que os antissociais assumam o poder, antes, Winnicott concede a uma autoconsciência inteligente, vinculada ao claro discernimento do que é bom e ruim, e do que seja ameaça ao estado democrático, a capacidade para se pagar o preço exigido pela liberdade: a eterna vigilância.

Frente à realidade da pobreza e miséria material de 90% da população brasileira, que entende sua condição como natural ou vontade divina, é que o sentimento de medo e a emoção da humilhação têm a ampla oportunidade para propiciar, em escala nacional, os instrumentos para a concepção da doença mental e da miséria social. Se por um lado a eleição de um presidente (o maior representante da vontade do povo numa democracia) requer mais de 50% dos votos válidos, se escolher um representante é exercer cidadania, as políticas públicas propostas por qualquer presidente deveriam atender às necessidades e salvaguardar a cidadania, ao menos, das pessoas que o elegeram.

Em suas compreensões de mundo, as pessoas não entendem a reversibilidade dos jogos, das leis, nem da postura que têm nas relações; se por um lado elas não se comportam como cidadãos, por outro, não sabem como a cidadania funciona. A modalidade das relações figurais parece ser a forma pela qual os brasileiros (criança ou adulto) se inserem na realidade, enquanto construção simbólica, pela função ou pela semelhança, seguindo uma lógica limitadíssima como proposta relacional.

Sem educação, no sentido de aprendizagem de qualidades para viver com o diferente de maneira tranquila, de adquirir cognitivamente os instrumentos para dar reversibilidade às situações e relações, a disposição da realidade cria valores e preconceitos, que, em maioria, servem para tolher o sujeito em sua ação e criatividade. Sem educação, no sentido de estimular a criatividade do sujeito para que estabeleça conexões mais efetivas, pensar em transformação social não é possível.

Enquanto um número maior de pessoas não puder entender que vacinar meninas de 9 anos contra HPV não é estimulá-las sexualmente (Guaresein e Pronin, 2014); enquanto as

peças estiverem parando de tomar o tratamento e deixarem de usar camisinha quando se tem AIDS, pela recomendação de algum pastor, sem entender que isso é uma péssima ideia, e sem poder entender o lugar que se ocupa em variações sociais como esta, a realidade social não será transformada (G1, 2015).

Enquanto a pobreza é explorada pelas relações de trabalho indignas, pela carga tributária exorbitante, pelos reajustes nas aposentadorias de uma previdência sempre falida e por leis que cultuam escravidão, adolescentes acabam o ensino médio sem compreensão do que leem, a ONU denuncia a polícia brasileira e os canais de humor estrangeiros utilizam o cenário político do Brasil para expor o absurdo.

Exercer cidadania é uma progressão do exercício da própria autonomia. Ser capaz de transformar a realidade social é um desdobramento da capacidade para mudar a própria atitude, e assim, as relações que se estabelece e se mantem. Se a realidade social muda, as relações mudam e os sujeitos também se modificam. Se os sujeitos têm capacidade para mudar, e modificam suas relações, a sociedade se transforma.

Os recursos disponíveis para educar socialmente o indivíduo são expressões que tanto o todo, quanto as partes possuem; por serem escassos esses recursos, o indivíduo tende a não ter consciência do lugar que ocupa, e da potência e força que tem, quando integrado a outros em semelhante condição.

Pensar sob a ótica da repressão para mediar o nível da agressão e da defesa das relações (cognitivas, emocionais, comportamentais, familiares, trabalhistas, sociais) para assim, na tradição de uma cultura que exalta as barbáries e exclui os diferentes, é promover e perpetuar o caos. Refletir sobre esse caos é poder pensar em como, bioenergeticamente, as pessoas não conseguem exercer um contato congruente e integrado com a realidade.

O encorajamento do homem moderno pode ser atribuído à cultura patriarcal e autoritária, e entendido como sintoma causado pela alienação de seu sentimento de continuidade de ser e pelas dores e feridas causadas pelas misérias que o cercam. Essa couraça de origem socioeconômica e de apresentação biológica é responsável pelo isolamento, pela necessidade de ditaduras, pelo medo à responsabilidade, pela miséria sexual, pelo anseio mítico por salvação e pela imobilização.

Observar com atenção ou rigor as causas e consequências da vida política do brasileiro, no Brasil, equivale a ter de admitir se viver num ambiente que se reproduz pela infantilização que as misérias emocionais e cognitivas podem propiciar. Equivale reconhecer

que a hierarquia autoritária, a compulsão à violência, a tendência à negligência, a incapacidade para a reversibilidade possibilitada pelas operações formais e a crença de que se pode creditar respeito ao tom de ameaça ou humilhação nas quais a ordem e o mando se expressam, só se propaguem por falta de educação formal e emocional.

Pensar em quais partes mexer, para modificar um sistema que não entre em acordo, nem ressoe, com as necessidades exigidas por suas partes negligenciadas e por suas funções adulteradas, é eleger culpados. Nada muda quando não se pode codificar ou expressar (quando não se pode comunicar) por causa da insensibilidade causada pelo encouraçamento. Quando as relações humanas não mantêm o respeito pela vida e pela dor, as pessoas não conseguem estabelecer um vínculo de confiança com o mundo, nem muito menos desenvolver a capacidade para se devotarem, propiciando *holding* e *handling* adequados às outras, por estarem desligadas do que sentem.

Nas terapias familiares, o cliente identificado muitas vezes muda, significativamente, em função do processo em que toda a família se implica, mesmo que alguns membros de forma indireta. Então, por que seria diferente com as relações políticas e sociais? Esperar que governantes ou divindades resolvam as desigualdades sociais do Brasil é não criar uma tensão que limite a agressão e crie um impasse. Não é pela oração nem pelo voto (no otimismo mais fervoroso, não somente) que se desenvolve autonomia política.

Na tomada de consciência desencadeada por um comportamento moral autônomo (que se estrutura na possibilidade de reavaliar vínculos desadaptados e desadaptativos), o sujeito, dirigido pelo sentimento de respeito às diferenças trazidas pelo outro, também respeita o direito à satisfação que esse outro tem e, dessa forma, adquire a possibilidade de modificar suas relações, integrando sempre mais agentes de transformação social.

Como num processo terapêutico de grupos familiares, analisando os grupos sociais como desdobramentos simbólicos das relações familiares, a transformação da estrutura (dos padrões estabelecidos pelo grupo) só pode acontecer se todos os subsistemas puderem mudar.

Diferente da hierarquia de uma família, o povo, por uma questão funcional do sistema, pode se comportar numa progressão do lugar infantil, mas, na condição de adultos, deve se impor e reivindicar seus direitos para, somente assim, avançar nas conquistas sociais.

Contestando o discurso marxista, de que a etiologia sexual da neurose não passava de um capricho burguês, que apenas a miséria material enlouquecia, Reich creditava a loucura à incapacidade das pessoas em “manterem a cabeça fria” e “fazerem algo de sensato quanto à

miséria”. Dizia que antes da miséria material, a peste emocional (neurose) destruía a possibilidade de ação do sujeito frente as suas misérias. Apontava para as neuroses como sintomas do massacre psíquico a que as grandes massas são submetidas, e distinguia a omissão com o futuro, o preconceito, a violência, o egocentrismo, o medo e a guerra como suas consequências.

Quanto mais próximas as pessoas são, mais empatia elas sentem umas pelas outras. Com a qualidade que Winnicott só poderia encontrar nas famílias, a de conseguirem suportar as rebeldias e as dependências alheias em função da “ação aglutinadora”, é que o desenvolvimento social pode alavancar. Tal proximidade, que garantiria até o desenvolvimento do sentimento de segurança, por nem se cogitar se desprender dessas relações, se se mantivesse numa proporção social, reduziria as manchetes dos programas policiais e as mais de 50.000 mortes por ano em acidentes de trânsito, onde em 98% dos casos houve consumo de álcool (pura negligência), no Brasil.

Prevenção e zelo só podem ser levados em consideração se o sujeito deixa de se sujeitar para se tornar indivíduo, se nas situações que vivencia ele compreende sua responsabilidade na manutenção de sua situação. Nesse sentido, tendo como parâmetro o IDH (a expectativa e a qualidade de vida, o acesso à educação formal e a renda), o conceito de cidadania e as qualidades para se considerar uma democracia, o sujeito político brasileiro está fora da condição de cidadão, pela inércia de suas atitudes sociais e pela incapacidade para integrar-se efetivamente a grupos e instituições, isolando-se do sistema político enquanto participante ativo e, assim, perpetuando as misérias com as quais tanto sofre e se lamenta.

## Conclusão

A mudança de atitudes sociais não parte de programas definidos por um ou outro governo. Desde a redução tributária dispensada ao micro e pequeno empreendedor à educação musical como disciplina obrigatória nas grades curriculares de todas as séries até o ensino médio, assim como o ensino da história sob outra ótica, que não a do vencedor (ditador), reformas na agricultura, previdência, no sistema político ou em qualquer dimensão social, as mudanças só podem ocorrer se houver participação ativa de um número mínimo de pessoas, e serão mais rápidas e concretas quanto maior e disposto for esse número.

A situação do sujeito político brasileiro é a mesma do sujeito acometido pela peste emocional denunciada por Reich no século passado. Sua melhora (ascensão), assim como a mudança da sociedade que este cria e recria através de suas atitudes, não depende de agentes sociais que se beneficiam de sua doença, de suas misérias e de sua imobilização, mas depende de quem puder e quiser propiciar a mudança; através da iniciativa privada e pessoal de todo aquele que possa ser porta-voz das mudanças, é que surge o poder para a transformação da realidade social.

## Referências

- BOWLBY, J. **Apego: a natureza do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CAVALCANTI, A. S. **Ética e cidadania na prática educacional**. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Pe. Apoio: UNICEF.
- CLONINGER, S. C. **Teoria da personalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FREITAS, L. **A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado**. São Paulo: Cortez, 2008.
- KLEIN, M. **O sentimento de solidão**. Rio de Janeiro: Imago, 1971.
- LOWEN, A.. **Bioenergética**. São Paulo: Summus, 1982.
- MINUCHIN, S., FISHMAN, C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: 1990.
- OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Terapia familiar**. Porto Alegre: Artemed, 2011.
- RAMOS, G. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- REICH, W. **A função do orgasmo**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- REICH, W. **Análise do caráter**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. Caderno CRH 19, Salvador, 1993
- WINNICOTT, D. **Família e desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Recebido em 06/12/2016  
Aceito em: 12/03/2017